

Educação e ruralidades: por um olhar pesquisante plural

Sob o patrocínio do estado militar, a construção de estradas, grandes projetos agropecuários e o uso de incentivos fiscais para a ocupação dos espaços livres geraram no Brasil, na década de 1970, intensa privatização das terras não-tituladas e grande alteração demográfica no sentido campo-cidade. Nos anos 1980 intensificaram-se as lutas pela posse da terra e a constituição de assentamentos rurais. Já na década de 1990, o desenvolvimento do turismo dirigiu-se para as regiões rurais, provocando o surgimento de atividades não-agrícolas. Também na década de 1990 instituiu-se, com recursos do governo federal, o transporte escolar das regiões rurais para as sedes dos municípios. São fatores constitutivos da diversificação de formas de vida e de trabalho das populações rurais, em substituição ao rural agrícola homogêneo, o que é tratado neste artigo como ruralidades, termo que indica modos diferentes de identificação com o mundo rural, mesmo em realidades urbanas. O objetivo é propor que as pesquisas em educação se pautem por esta perspectiva polissêmica de compreensão do rural, dada a diversidade de constituição de identidades dos seus sujeitos em todo o país.

Palavras-chave: ruralidades; educação escolar; populações rurais.

Extensões da pergunta

O lugar de onde surge e para onde se dirige esta pequena reflexão é o campo da pesquisa sobre atendimento escolar de populações rurais. Isso já significa dizer que abro mão de toda a fecundidade de idéias que poderiam brotar das lutas sociais, especialmente aquelas dos movimentos organizados em face da conquista de direitos relativos ao trabalho rural e à educação. Por falar em movimentos organizados, o que vem a seguir traz outra limitação: não poder me dedicar a refletir sobre a diversidade de saberes que emergem ou que são construídos quando os sujeitos individuais transformarem-se em um nós mobilizado, mobilizador, aprendente, ensinante (PESSOA, 2004). Também não poderei me estender para um campo que me é caro no momento: tomar as tradições e manifestações da cultura popular (religiosas ou da sociabilidade cotidiana), como momentos ou experiências coletivas de produção e transmissão de saberes (PESSOA, 2005). São lugares-saberes tão ricos e diversificados que, deixá-los de lado em uma reflexão sobre educação – em se tratando de populações rurais – tem um pouco de “cortar na própria carne”.

Para melhor me situar, encurto drasticamente as extensões da pergunta motivadora desta reflexão. Reduzir suas extensões é empobrecer a pergunta, não fazê-lo é correr o risco da superficialidade. Eis o dilema, diante do qual a opção recaiu sobre a primeira alternativa. Ou seja, é sobre educação formal, educação escolar e correlatos, que se estará pensando neste artigo, com a pergunta sobre o tratamento que deve ser dado pela pesquisa ao atendimento escolar de populações rurais.

Quando digo populações rurais, dois pequenos esclarecimentos precisam ser antecipados. Primeiro, não se estará pensando apenas em crianças e adolescentes, mas em adultos atingidos pela EJA (Educação de Jovens e Adultos). Segundo, não se estará pensando em rural como território, espaço geográfico, em oposição a urbano, pois existe um grande contingente de trabalhadores rurais e filhos destes, que, por intermédio do transporte escolar ou por força do processo de migração interna, no caso de EJA, vem recebendo atendimento escolar no espaço urbano das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. Diferentemente do que acontece com a produção e a habitação, no âmbito da educação, o rural não tem mais fronteiras.

Onde está o rural

No final dos anos 1990, um grupo de professores e alunos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás desenvolvia um trabalho de EJA no Assentamento Tijuqueiro em Morrinhos-GO, quando, em certo dia, em plena aula, fomos surpreendidos pela manifestação acintosa de alguns alunos que acabou tendo o consentimento de toda a turma: “Não agüentamos mais fazer contas de leite”, disseram eles. Para nós, a melhor maneira de adequarmos o desenvolvimento das quatro operações matemáticas à realidade dos alunos era trabalhar com a produção, beneficiamento, consumo, comércio de leite. Não percebíamos que aquilo era uma superposição fatigante, uma vez que isso já era praticamente todo o cotidiano de trabalho daqueles destinatários de EJA. Tivemos, então, que reorientar o trabalho pedagógico, pois estávamos claramente diante da conclusão de que o rural estava mais em nossas cabeças do que na deles. O Tijuqueiro é um assentamento ladeado por duas rodovias pavimentadas e a 15 km da sede do município. Todas as atenções dos assentados – escoamento de seus produtos, compra do que não produzem, escolarização dos filhos, oportunidades de lazer – estavam voltadas para a cidade. Em suas expectativas, o “fazer contas” também deveria expressar essa realidade.

Com aquele episódio vimo-nos em meio a um universo mais amplo de discursos, projetos e relatos de “lutas camponesas” elaboradas em espaços distantes daqueles de atuação dos trabalhadores rurais. Muitas vezes nem mesmo lhes é dada a possibilidade de fornecer a sua própria gramática. Nomes, definições e encaminhamentos são comumente decididos por pessoas e agências que não têm sensibilidade ou paciência para lidar com a diversidade de manifestações do rural e criam as suas próprias, mais simplificadas e supostamente mais lógicas ou politicamente mais corretas para falarem do rural. O sociólogo Octávio Ianni mostra de forma primorosa as fragilidades desse agir no lugar de, com o discurso de quem age em nome de.

Nem sempre o camponês está pensando a “reforma agrária” que aparece nos programas, discursos e lutas dos partidos políticos, na maioria dos casos de base urbana. Pensa a posse e o uso da terra na qual vive ou vivia. Estranha quando o denominam “camponês”. Reconhece que é trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro etc. São os outros que dizem, falam, interpretam, criam, recriam ou mesmo transfiguram as reivindicações e lutas do camponês. Muitas vezes este não se reconhece no que dizem dele, ou

fazem por ele, a partir de partidos políticos, agências governamentais, órgãos da imprensa, igrejas. (IANNI, 1988, p. 102)

Apesar de todos os dados óbvios tentando fazer do rural mais que uma “crônica de uma morte anunciada”, uma morte já acontecida, vou advogar no próximo item a existência ainda do rural, pelo menos em termos de habitação e de produção agrícola e não-agrícola. Ianni, um dos principais analistas dos fenômenos envolvendo o que ele preferia chamar de globalismo (em vez de globalização), no Brasil, diz, com certa tragicidade, que esse processo transfigura todo o modo de vida no campo –, aí compreendendo-se formas de organização do trabalho, da produção, dos padrões e ideais socioculturais. “Tudo o que é agrário dissolve-se no mercado...”, diz o autor (IANNI, 1997, p. 46), fazendo em seguida uma ressalva:

É óbvio que tudo isso ocorre de modo irregular, fragmentário e contraditório. Inclusive são muitos os lugares em que esses processos não chegaram, chegaram apenas em parte, ou não afetaram maiormente o mundo agrário. Mas é inegável que a industrialização e a urbanização invadem progressivamente esse mundo, induzidas pelo desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo pelos quatro cantos do mundo.

Há setores da agricultura, especialmente no âmbito dos pequenos produtores, que não são afetados ou o são de maneira fragmentária, porque, nos termos de Francisco de Oliveira (2003), a agricultura brasileira se assemelha ao ornitorrinco – o animal que tem bico, tem pêlo, amamenta, vive dentro d’água, vive sobre a terra. Onde ainda existem resíduos de agricultura de subsistência isso não quer dizer que o capitalismo não chegou e sim que a agricultura de subsistência contribui para a acumulação interna do capital (p. 128).

Assim, pelo menos ancorados na velha tese do “desenvolvimento desigual e combinado”, todos nós temos muitas razões para dizer que ainda existem lugares que podem ser chamados de rural – “lugares em que esses processos ainda não chegaram”. Mas, em termos de socialização das novas gerações ou de ressocialização de populações já adultas, quer falemos de educação em sentido lato, quer no sentido de educação como atendimento escolar, parece já ser muito difícil falar em mundo rural. O advento da televisão, a aproximação entre o lugar de moradia e a cidade, através do surgimento de estradas e outras facilidades de locomoção, são fatores entre tantos outros, que tornam a cidade, qualquer que seja a sua extensão, o pólo catalisador de todas as atenções. O que é mais grave: mesmo que a superioridade do urbano sobre o rural seja uma herança

da Revolução Industrial (PESSOA, 2006), esta ainda tem como corolário, recorrente e crescente, a imposição de valores, gostos artísticos, modelos de festividade etc. Talvez a educação seja mesmo a ação social em que mais possamos ver concretizada a “tragédia do desenvolvimento”, segundo a concepção literária de Goethe, em que a última e minúscula porção do mundo rural, constando apenas de uma pequena casa, uma igreja, um sino e um jardim de tílias, foi sumariamente destruída por “Me Asto e seus homens fortes”, a mando de Fausto (BERMAN, 1989, p. 66-68). A única diferença é que, como proponho no desenvolvimento deste ensaio, o casal de velhos não foi queimado junto com seu pequeno oásis em meio às dunas. Ou seja, em se tratando de atendimento escolar de populações rurais, temos de pensar também que Filemo e Báucia, e muitos “descendentes” seus, vivem nas pequenas, médias e grandes cidades brasileiras.

Portanto, ver-se-á, a seguir, que o atendimento escolar de populações rurais não pode ser uma bandeira política territorializada, conduzindo a atenção das práticas para um espaço geográfico específico. Seguindo a conceituação dos geógrafos, a população escolar desterritorializada é, com toda certeza, muito mais numerosa que a população ainda territorializada.

Do rural às ruralidades

No início da década de 1990, o antropólogo Klaas Woortmann constatava a dificuldade de se lidar com termos como camponês e campesinato, para ele, sempre muito associados à esfera econômica – terra e trabalho na terra como fatores de produção de mercadorias. Woortmann entende que o trabalhador rural vive a terra muito mais como algo pensado e representado numa perspectiva de valorações, como expressão de uma moralidade. Vem daí a sua preferência pelo termo campesinidade, uma qualidade presente em graus diferenciados, segundo os diferentes grupos sociais, independentemente do lugar em que se situam (WOORTMANN, 1990, p. 12-13).

Eis o meu ponto de partida para falar do rural não como território, mas como contexto de significações que organizam e estruturam os modos de vida e trabalho dos sujeitos sociais, enquanto estão vivendo e trabalhando no meio rural, mesmo se esse rural é constantemente crivado pelos fatores atrativos do urbano. E, quando, por força de processos histórico-sociais, deslocam-se para espaços caracterizados como urbanos, essas significações tendem a acompanhar esses sujeitos sociais.

Em termos teóricos, essas significações correspondem, numa primeira perspectiva, ao que o sociólogo Pierre Bourdieu, na sua teoria da prática, chama de habitus, um sistema de significações adquirido nas várias etapas de socialização dos indivíduos, mas que não é individual. O habitus é formado num contexto de relações constituídas em um campo social, o que significa dizer que tende a organizar da mesma forma o comportamento de todos os indivíduos socializados no mesmo contexto. Vejamos nas próprias palavras de Bourdieu, as principais características da sua definição de habitus:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 60-61)

[...] sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda percepção [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 79).

A idéia de predisposição indica uma probabilidade tendencialmente conservadora. Ou seja, tanto em um contexto de grupos sociais territorialmente situados em um meio tipicamente rural, quanto em um meio tipicamente urbano, os costumes e valores estruturados nas primeiras etapas de socialização desses indivíduos e grupos tenderão a atuar de forma estruturante, organizando suas práticas e percepções. Não há como falar em atendimento escolar de populações rurais, pensando apenas nas hoje pouquíssimas escolas de educação básica ainda instaladas no meio rural.

Numa segunda perspectiva, esse contexto de significações corresponde ao que a antropóloga Maria José Carneiro chama de ruralidade, sempre explicitando a sua diversidade, como na citação a seguir, em que relaciona esta diversidade com o pressuposto também diversificado do processo de transformação:

[...] o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre

a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (CARNEIRO, 1998, p. 53)

Esta complexidade de fatores urbanos e rurais presentes na constituição do conceito leva Carneiro a uma reflexão cara ao conhecimento antropológico: a idéia de cultura. Ancorando-se em Rambaud (1969), a autora entende que a idéia de ruralidade leva a uma perspectiva singular do conceito de cultura – nem rural nem urbana.

Esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade. Desse encontro, como observa Rambaud, nasce uma cultura singular que não é nem rural nem urbana, com espaços e tempos sociais distintos de uma e de outra. (p. 61-62)

E em termos histórico-sociais, temos de considerar com Raymond Williams (1989, p. 387), que “O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”. As transformações verificadas em um dos pólos, em uma dada época, são explicativas sem a respectiva localização nas “estruturas e dinamismos inclusivos”, nos dizeres de Florestan Fernandes (1976, p. 106)

[...] os processos através dos quais se organizam e se transformam as formações rurais e urbanas – com suas funções econômicas, socio-culturais e políticas – são processos derivados e secundários. Eles contam com uma rede própria e específica de causas e efeitos. Mas nada explicam, se não forem observados e interpretados em termos de estruturas e dinamismos inclusivos, macrosociológicos, que condicionam e, inclusive, determinam os ritmos históricos do aparecimento dos processos comu-

nitários ou societários especiÀcamente rurais ou urbanos, bem como os limites dentro dos quais eles chegam a desencadear os grandes processos histórico-sociais a que se ligam. (FERNANDES, 1976, p. 106).

Por outro lado, no âmbito das práticas políticas organizadas, os anseios ou possibilidades de melhoria das condições de vida e de trabalho, em um dos pólos, jamais terão efetividade se exercitadas em apenas um dos lados. Por isso, penso que quando se busca também compreender o que se passa em um dos pólos, que é o foco da pesquisa, compreender o rural ou o urbano, isoladamente, são dois problemas equivocados, o que resulta dizer que são dois falsos problemas. Ou seja, nesta perspectiva teórica, falar em desenvolvimento rural é, no mínimo, incorrer numa imprecisão conceitual.

Portanto, buscar entender o lugar da educação em um dos pólos – o rural – ou reÀtir sobre os predicados do atendimento escolar de populações rurais, supõe, imprescindivelmente, tentar entender a inter-relação entre rural e urbano, no processo de desenvolvimento de toda a sociedade brasileira, desde a segunda metade do século passado. Nesse sentido, como suporte para o desenvolvimento deste raciocínio, parto de um conjunto de quatro premissas – fatores sócio-históricos – que guardam entre si um forte grau de imbricação. É em consequência desses mesmos fatores que poderemos falar em diversas ruralidades.

Primeira revolução nas relações rural-urbano – conhecida como “revolução verde”. Um modelo de produção agrícola, copiado do modelo urbano-industrial, de bases européia e norte-americana. No Brasil, veriÀcou-se especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Como era um “jogo” de grande envergadura do capital, foi necessário que os estados nacionais criassem a infra-estrutura necessária para seu êxito. E o Estado militar brasileiro o fez, especialmente através da expansão da malha rodoviária, de programas de crédito visando a empresarialização rural e do uso de incentivos Àcais que possibilitaram a “ocupação dos espaços vazios” pela concentração do capital. A década de 1970 foi marcada por uma massiva intervenção do Estado na agricultura, o que resultou numa intensiva privatização dos estoques ainda restantes de terras não-tituladas (PES-SOA, 1999, p. 88). A propriedade da terra passou então a ser um fator importante na produção das mercadorias requisitadas pelo modelo de desenvolvimento adotado. Além disso, consolidou-se como importante reserva de valor no quadro das trocas econômicas próprias do modo de produção capitalista. Assim, a resistência familiar ou, no máximo, de pequenos grupos nas antigas posses, não encontrou força política suÀciente para garantir a reprodução dos trabalhadores rurais. Por isso,

esse processo tornou-se base para uma significativa alteração demográfica no sentido campo-cidade, envolvendo um contingente estimado em 30 milhões de brasileiros. O deslocamento do campo para a cidade, retomando o habitus de Bourdieu, não significa, entretanto, a anulação ou o abandono da identificação com o rural.

Segunda revolução nas relações rural-urbano – a apropriação do rural pela sociedade urbano-industrial, impulsionada e alimentada especialmente pela expansão e desenvolvimento das atividades turísticas, da década de 1990 em diante. Esse fenômeno era praticamente desconhecido no meio rural no final dos anos 1980 (PESSOA, 1999), vindo a se consolidar apenas no decênio seguinte.

Maria José Carneiro (1998, p. 56) trata desta questão num quadro analítico mais amplo, constatando a imbricação de dois fenômenos. O primeiro é o fenômeno da pluriatividade – “o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola” –, diz a autora, acrescentando, com base em Graziano da Silva:

Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento.

O segundo fenômeno é a procura de formas de lazer no campo, por pessoas que moram na cidade.

Entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos. Novos valores sustentam a procura de proximidade com a natureza e com a vida no campo. (CARNEIRO, 1998, p. 56-57)

Com a conjunção desses dois fenômenos, Carneiro entende que o “campo”, uma categoria genérica, deixou de ser apenas um espaço de produção agrícola, passando a ser buscado também como espaço de vida, cada vez mais procurado por populações urbanas. Com isso enfatizou-se ainda mais a integração entre os dois espaços, com “trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais” (p. 57). Ou, segundo Eli Napoleão de Lima (2005, p. 45), “Cai a lógica produtivista e vem à tona a da qualidade de vida”.

Luta pela terra e constituição dos assentamentos rurais – dois marcos históricos devem ser lembrados. O primeiro é o surgimento das primeiras ocupações de terras em 1979, especialmente nos estados de São Paulo e do Paraná, que teve repercussão imediata, tanto nos fóruns de organização dos trabalhadores, como nas políticas do Estado. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, já sinalizava com a necessidade de se promover mobilizações e pressões, em vez de apenas solicitar do Estado o cumprimento do Estatuto da Terra, como ocorreu nos anteriores. O IV Congresso, de 1985, já trouxe entre seus temas de debate, explicitamente, “ocupações de terras” (PESSOA, 1999, p. 75-76). Do final dos anos 1970 a meados dos anos 1980, tem-se um período de disseminação das ocupações pelos estados, o que exigiu dos movimentos sociais uma organização própria para dar a direção política e organizativa das ocupações e da formação dos assentamentos rurais. Isso ocorreu nos anos 1984 e 1985, com a criação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST, uma vez que, segundo Leonilde Medeiros, a estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura–Contag, baseada na abrangente categoria “trabalhadores rurais”, diluía a especificidade da luta dos trabalhadores rurais sem terra (p. 100-101).

O segundo marco histórico importante refere-se a uma alteração no comportamento do Estado, exatamente a partir desse crescimento organizativo e da pressão decorrente. Esta mudança de postura do Estado apareceu principalmente na edição do Plano Nacional de Reforma Agrária–PNRA, do governo Sarney, em 1986, e na Constituição de 1988, dando mais consistência à desapropriação com base na função social da propriedade. Os dois acontecimentos não significaram resultados concretos, pelo menos na proporção em que eram esperados, mas criaram um quadro institucional mais “palpável” para a fundamentação das reivindicações de desapropriação (PESSOA, 1999).

A segunda e a terceira premissas têm uma incidência inversa nas condições demográficas brasileiras. Não na mesma escala da primeira, mas, juntas, são responsáveis por, pelo menos, uma desaceleração da alteração demográfica registrada anteriormente, no sentido rural-urbano. Uma parte da população aí implicada pode ser considerada como população que permanece no campo – a tradicional “fixação do homem no campo” – e outra parte retorna ao campo via assentamentos rurais e via pluriatividade.

No caso dos assentamentos rurais, a relação com as condições demográficas ocorre em duas perspectivas, levando-se em conta, principalmente,

os dados populacionais municipais. Quando um projeto de assentamento absorve predominantemente trabalhadores do próprio município em que foi instalado, ele está contribuindo para a manutenção das mesmas condições demográficas do município, evitando a emigração. Um projeto de assentamento contribui para uma possível alteração demográfica (a maior) apenas quando absorve predominantemente trabalhadores vindos “de fora” do município ou da região. O mesmo raciocínio vale para a relação entre população urbana e rural: toda vez que um projeto de assentamento absorve trabalhadores que já residiam no meio rural, mantém os índices de população rural; ao contrário, absorvendo trabalhadores vindos das cidades, ele participa da mudança da relação entre população urbana e rural, em favor da última (MEDEIROS; LEITE, 1998, p. 170).

Os autores, Leonilde Medeiros e Sérgio Leite (p. 102), falam ainda de outro impacto dos assentamentos rurais sobre a cultura política local, de grande importância para se pensar também sobre a relação entre assentamentos e atendimento escolar de populações rurais. Novas formas de mediação política local e regional são constituídas, como explicam no parágrafo a seguir.

Por meio dos assentamentos, em muitos locais se constitui uma dinâmica mais participativa do que a tradicionalmente existente nos municípios brasileiros: o simples fato da criação de uma associação inaugura uma prática política por vezes desconhecida regionalmente, o que nos permite indagar sobre a possibilidade de estarem ocorrendo alterações moleculares na cultura política local.

Transporte escolar de crianças e adolescentes – como rubrica do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef, instituído em 1996. Esse recurso foi muito bem recebido pelas administrações municipais que, de uma só tacada, desvencilharam-se de três responsabilidades: duas poderiam representar um peso diretamente ligado à competência do município. Primeiro, não eram mais obrigados a manter em funcionamento as escolas rurais, algumas das quais, por força daqueles fenômenos socioeconômicos anteriormente expostos, com demanda constante em curva descendente; segundo, já que a ordem era levar “todo mundo” para a cidade, ainda ganharam “de bandeja”, o custeio dessa operação. Como se não bastasse, também receberam um benefício extra, que foi o abrigo de antigos “cabos eleitorais”, ainda não instalados, por causa da vigilância da Lei de Responsabilidade Fiscal, operando as linhas de transportes de alunos com kombis, caminhonetes, microônibus e ônibus; terceira responsa-

bilidade – na verdade, nunca assumida, mas que estava sempre indo e vindo nas reivindicações educacionais –, a demanda por um atendimento escolar efetivamente pensado e executado, a partir do modo de vida e dos anseios das populações rurais, incluindo-se a possibilidade de um calendário escolar próprio. Com isso, o artigo 28 da LDB, também de 1996, tornou-se absolutamente inócuo (PESSOA, 1997). Essa rubrica do Fundef foi uma verdadeira “benção federal”. Ou seja, não bastassem os efeitos do êxodo rural, o transporte escolar ampliou enormemente o contingente de crianças e adolescentes que passaram a receber atendimento escolar em nossas pequenas, médias e grandes cidades. E os sistemas de ensino (municipal e estadual) não querem nem saber dessa situação. É muito mais fácil pautarem-se no “aluno universal” (AZEVEDO; GOMES, 1991, p. 35).

Resultado de tudo isso: se a educação escolar já era essencialmente urbana no tempo das “escolinhas rurais”, o que dizer agora, no pós-implantação do transporte escolar? Mas a pergunta mais pertinente sobre esta realidade, na presente reflexão, é quanto à caracterização das crianças e adolescentes do meio rural, escolarizadas nas cidades: será que elas se reconhecem na expressão “educação do campo” e nas práticas político-pedagógicas que a sustentam?

E assim, confrontando-se esses quatro fatores históricos, é que consideramos: a pesquisa sobre o rural (mais especificamente, sobre o atendimento escolar de populações rurais) tem diante de si uma realidade profundamente marcada pela diversidade, pela polissemia. “Opondo-se ao rural agrícola homogêneo, a ruralidade torna-se o rural da diversidade”, diz ainda Eli Napoleão (LIMA, 2005, p. 45).

Fazeres e olhares

No texto da antropóloga Maria José Carneiro, ainda podem ser feitas duas considerações importantes. Na primeira, para se entender a complexidade do termo ruralidade, há que se fazer um deslocamento, tirando o foco do espaço geográfico e colocando-o sobre os agentes sociais, onde quer que eles estejam. Vejamos como a autora expressa essa idéia.

Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Colocando o foco sobre os agentes, resulta que “cada espaço contém em si contradições e conflitos”, por ser constituído de múltiplos valores e interesses, provenientes tanto do rural como do urbano. Por isso, numa segunda consideração, conclui a autora, mostrando o sentido biimplicativo das relações entre rural e urbano (p. 59-60):

Nesses termos, não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural. Nesse sentido, importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos, tais como a pluriatividade, os neorurais, a cultura country etc.

É com o foco nos agentes sociais que Horácio Martins, a exemplo de Octávio Ianni, no texto já apresentado, constata, no campesinato brasileiro, uma “multiplicidade de situações”. No Pará, citando Jean Hebette, diz que os agricultores familiares são denominados ou se autodenominam como

[...] lavradores, agricultores, camponeses, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragem, catadores de babaçu, castanheiros, seringueiros, pescadores, catadores de caranguejos e catadores de siris. (CARVALHO, 2005, p. 68)

No sul, Carvalho constata a importante distinção entre o colono e o caboclo:

O colono é um camponês imigrante ou filho de imigrantes europeus, enquanto caboclo se refere ao lavrador nacional e ao modo de vida diferenciado deste último, mais próximo do nível de vida original do indígena. Colono significa um imigrante europeu ou descendente, de origem não ibérica, com nível de vida mais elevado e mais inserido no mercado, além de levar uma vida cultural distinta (p. 71).

No Mato Grosso, Carvalho encontrou denominações como sesmeiros, remanescentes de quilombos, parentalha, pantaneiros, mimoseanos, seringueiros, beiradeiros, ribeirinhos, pescadores, marroquianos ou marronianos, ceramistas e retireitos (2005, p. 127). Ainda segundo Carvalho (2005, p. 171),

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das Árestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de carangueijos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os foreiros e os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

A deñição dessas denominações e autodenominações não se dá por um processo de abstração ou de elaboração conceitual e sim, na luta pela obtenção dos “meios de vida”, conforme a análise clássica de Antonio Candido (1979, p. 23). É no fazer das condições de sobrevivência que se dá o processo de constituição de identidades sociais. Como estamos tratando de ruralidades a partir desse fazer, são, pois, muitos fazeres. E o olhar pesquisante também deve ter esta perspectiva plural. Antes de deñir a melhor designação do atendimento escolar dessas populações, a grande questão para os pesquisadores é: como é que em cada uma dessas situações e denominações de Horácio Martins, melhor se expressariam os anseios educacionais? Um exemplo interessante, entre todas essas denominações, seria conhecer a melhor forma de representar os anseios relacionados ao atendimento educacional dos apanhadores de açaí das beiras de algum igarapé, nas margens do Rio Guamá, que diariamente às três ou quatro horas da manhã atracam suas pequenas embarcações na plataforma do Ver o Peso, em Belém, para a entrega do produto às despoldadoras ou lanchonetes. O que eles esperam da educação dos seus Alhos?

Sim, porque é a partir das condições de obtenção dos seus “meios de vida” – ainda que para ultrapassá-las – que os agricultores familiares encaminham a socialização dos seus Alhos. E isso é educação, nem sempre, mas, às vezes, incluindo até mesmo a educação escolar. A perspectiva

da socialização, em meio à multiplicidade de formas de trabalho, está também no texto de Horácio Martins.

A essa multiplicidade de formas de viver e de ser correspondem culturas diversas, religiosidades, valores éticos e sociais diferenciados, formas de socialização variadas, identidades e auto-identidades distintas, relações múltiplas com os aparelhos de poder, aspirações e expectativas sociais diversas. (CARVALHO, 2005, p. 171)

Considerações finais

Ainda se pode falar de um rural em sentido estrito, por mais que os números oficiais tentem negar. Há também um grande contingente populacional, considerado pelo IBGE, como população urbana das médias e grandes cidades, mas que vive, na verdade, numa zona de intersecção entre o rural e o urbano. Grande parte da população aí situada provém diretamente de regiões rurais ou pequenas cidades, trabalha em hortaliças ou como bóias-frias ou fazendo fretes com carroças etc. Segundo os dados oficiais, nas regiões Sul e Sudeste, não há mais êxodo rural. Mas ele ainda está presente nas demais regiões. Isso significa que as periferias das médias e grandes cidades tendem a continuar recebendo fluxos migratórios, fazendo crescer os famosos “cinturões de pobreza” nas cidades, em geral, caracterizados por esta intersecção entre o rural e o urbano. Há um rural do entorno das médias e grandes cidades que demanda diariamente emprego, serviços de saúde e outros serviços na cidade-pólo. Por último, há um rural mais difuso, mas, em contrapartida, talvez muito mais extenso e abrangente, que é o rural do crescimento das cidades: pessoas que moram nas médias e grandes cidades, que mantêm práticas e costumes trazidos das regiões rurais ou de pequenas cidades onde foram criadas (PESSOA, 2006), como é o caso dos integrantes da Folia de Reis “Os Penitentes do Santa Marta”, na Favela Santa Marta, no bairro de Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro (ROCHA, 1985).

O mais importante em todos esses casos não é o nome dado ao atendimento escolar, mas a sua qualidade, sua afinidade com o modo com que os sujeitos sociais organizam-se em cada um deles. O olhar dos pesquisadores deve captar com sensibilidade essa mesma diversidade.

Abstract

Under the sponsorship of the military state, the construction of roads, of great farming projects and the use of tax incentives for the occupation of the free spaces had generated intensive privati-

zation of lands not titleholders and great demographic alteration and constitution of rural settlements. After that, already in the decade of 1990, the development of tourism was directed for the rural regions, provoking the sprouting of no-agricultural activities. Also in the decade of 1990, it was instituted, with resources of the federal government, the school transport of the rural regions for the hosts of the municipal district. They are constitutive factors of the diversification of life and work types of rural populations, substituting the homogeneous agricultural rural one, that is treated in this article as rural things, term which indicates different ways of identification with the rural world, even in urban realities. The aim is to propose that the researches about education are based on this perspective with several meanings of comprehension of the rural, because of the diversity of identities constitution of their citizens all over the country.

Keywords: rural things; school education; rural populations.

Referências

- AZEVEDO, Ederlinda P. de; GOMES, Nilcéa M. A instituição escolar na área rural em Minas Gerais: Elementos para se pensar uma proposta de escola. *Cadernos do CEDES*, Campinas, SP, n. 11, p. 31-41, 1991.
- BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 37-84.
- BRANDÃO, Carlos R. A educação da pessoa cidadã. In: _____. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-121.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81. (Grandes Cientistas Sociais, v. 39)
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CAVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). Vida rural e mudança social. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 105-120.

IANNI, Octávio. Autopia camponesa. In: _____. Dialética e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 101-112.

_____. O mundo agrário. In: _____. A era do globalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 37-57.

LIMA, Eli Napoleão de. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-63.

MEDEIROS, Leonilde S. de; LEITE, Sérgio P. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: TEIXEIRA DA SILVA et al. (Org.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 151-176.

MOREIRA, Roberto J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto J. (Org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PESSOA, Jadir de M. A revanche camponesa. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. Artigo 28 sem rodeios: a educação rural na nova LDB. Fragmentos de Cultura, Goiânia, [S.l.], v. 28, n. 7, p. 149-158, 1997.

_____. Extensões do rural e educação. In: PESSOA, Jadir de M. (Org.). Educação e ruralidades. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

_____. Saberes em festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia: Ed. da UCG: Kelps, 2005.

_____. (Org.). Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

RAMBAUD, Placid. Société rurale et urbanisation. Paris: Seuil, 1969.

ROCHA, Adair L. Na reza se conta a história e se canta a luta: um estudo sobre a Folia de Reis no Morro Santa Marta. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, ASDI, 2001. p. 31-44.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Brasília, DF, n. 87, p. 11-73, 1990.

Notas

*Texto apresentado na Sessão Especial “Políticas públicas para a educação do campo”, na 29ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu-MG, de 15 a 19 de outubro de 2006.

_____ r esen has_